



RE: Esclarecimento Pregão Eletrônico, 11/2026, Casa Civil - Apoio Administrativo - 125266

De Licitacoes Casa Civil <licitacoes@casacivil.ba.gov.br>

Data Sex, 02/10/2026 15:32

Para Liderança Limpeza e Conservação Ltda <licitacoes@lideranca.com.br>

 1 anexo (202 KB)

Resposta Unidade Técnica SEI - 014.1510.2026.0002868-91.pdf;

Prezado(a), seguem em anexo os esclarecimentos aos quesitos apresentados referentes ao Pregão Eletrônico nº 11/2026 (ID BB nº 1100933).

NLCC-Núcleo de Licitações Contratos e Convênios

Casa Civil do Estado da Bahia

Tel.: (71)3115-6335/6269

De: Liderança Limpeza e Conservação Ltda <licitacoes@lideranca.com.br>

Enviado: terça-feira, 29 de setembro de 2026 11:23

Para: Licitacoes Casa Civil <licitacoes@casacivil.ba.gov.br>

Assunto: Esclarecimento Pregão Eletrônico, 11/2026, Casa Civil - Apoio Administrativo - 125266

Prezados, .

A empresa **Liderança Limpeza e Conservação Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob nº 00.482.840/0001-38**, vem, respeitosamente, apresentar o presente pedido de esclarecimento, nos seguintes termos:

- 1- Haverá retenção por conta vinculada ou por fato gerador?
- 2- O pagamento será por posto fixo mensal ou por horas efetivamente trabalhadas?
- 3- Existe alguma empresa executante atualmente? Se sim, qual a empresa e o motivo da sua saída?
- 4- Qual a data de previsão do início do contrato?
- 5- Se o colaborador optar por renunciar ao uso do vale-transporte, o valor correspondente que não for utilizado será descontado do faturamento da empresa?
- 6- O Plano de saúde será obrigatório cotar? Caso seja, devemos seguir o determinado em Convenção coletiva de trabalho?
- 7- As quantidades informadas para jornada 12x36 se referem a postos ou pessoas?
- 8- Nos postos 12x36, 44 e 36 horas, a intrajornada será usufruída ou indenizada? Caso seja usufruída, será obrigatório fazer a cobertura com outro empregado?

- 9- Quanto tempo será o intervalo intrajornada para refeição de 1 horas, 30 minutos ou cabe ao licitante definir?
- 10- É exigido preposto fixo nas dependências do contratante?
- 11- Há previsão de garantia de proposta? Qual valor ou percentual?
- 12- Os percentuais dos encargos sociais trazidos pelo edital/CCT poderão ser alterados, de acordo com a realidade do licitante?
- 13- Qual Convenção Coletiva foi utilizada como base para formação do valor estimado? Favor informar número de registro no M.T.E e o sindicato da categoria. A empresa é obrigada a adotar essa CCT como referência?
- 14- Considerando que a Administração realizou a estimativa de preços com base em determinada Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), posteriormente atualizada, questiona-se: para fins de elaboração da proposta, deverá ser utilizada a CCT vigente na data da licitação ou aquela originalmente adotada pelo órgão na composição do orçamento estimativo?
- 15- A repactuação será concedida a partir do registro da nova CCT?
- 16- A vistoria será obrigatória ou facultativa?
- 17- Será necessário o fornecimento de algum veículo? Se sim, qual o modelo?
- 18- Quais uniformes devem ser fornecidos aos empregados?
- 19- O edital exige a apresentação de documentos egressos? Se sim, quais são eles?
- 20- Qual o ISS do (s) município (s)?
- 21- Haverá recesso? Se sim, como ficará os serviços nesse período? Haverá faturamento do período?
- 22- Tendo em vista que a IN SEGES/MGI nº 147/2026 trata do Auxílio-Creche e estabelece diretrizes que podem repercutir diretamente na composição dos custos da contratação, solicitamos os devidos esclarecimentos quanto aos pontos a seguir:
- a) A Administração considerou a aplicação da IN SEGES/MGI nº 147/2026 na composição do orçamento estimativo?
- b) Qual foi o percentual de incidência adotado para o benefício (20% ou outro índice estatístico)?
- c) O custo deverá ser previsto na planilha de formação de preços como provisão fixa mensal ou somente mediante reembolso por fato gerador?
- d) Caso a Convenção Coletiva da categoria já contemple auxílio-creche em valor inferior ao limite previsto na IN, deverá a licitante prever apenas o valor convencional ou complementar até o teto normativo da IN?
- e) A Administração disponibilizará memória de cálculo ou orientação específica quanto à composição deste custo, visando garantir isonomia e padronização das propostas?
- f) A empresa licitante deverá, obrigatoriamente, prever e cotar o Auxílio-Creche na planilha de custos e formação de preços?

Atenciosamente,

--



Fones: |
E-mail:



Este e-mail e qualquer(qualsquer) documento(s) anexo(s) é(são) destinado(s) somente à(s) pessoa(s) acima, podendo conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Se você não for destinatário do presente e-mail, por meio do presente toma ciência que sua divulgação, distribuição ou cópia é estritamente proibida. Se tiver recebido este e-mail e anexo(s) por engano, agradecemos a comunicação imediata por meio do telefone (48) 3733-3100 e a exclusão permanente do original e de qualquer cópia/impressão que tenha sido realizada.

Esse e-mail foi scaneado pelo Bitdefender.

Este e-mail e qualquer(qualsquer) documento(s) anexo(s) é(são) destinado(s) somente à(s) pessoa(s) acima, podendo conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Se você não for destinatário do presente e-mail, por meio do presente toma ciência que sua divulgação, distribuição ou cópia é estritamente proibida. Se tiver recebido este e-mail e anexo(s) por engano, agradecemos a comunicação imediata por meio do telefone (48) 3733-3100 e a exclusão permanente do original e de qualquer cópia/impressão que tenha sido realizada.

	ESTADO DA BAHIA CASA CIVIL - CASACIVIL COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - CASACIVIL/GAB/DG/DA/CSG
PROCESSO:	014.1510.2026.0002868-91
INTERESSADO:	[Insira aqui o interessado]
OBJETO:	Licitação Serviço de Transporte (Condução e Conservação de Veículo) - Casa Civil

DESPACHO

Ao Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios - NLCC

Att.: Dra. Carla Andréa Brito N. Santos

Em atenção ao encaminhamento referente ao questionamento apresentado por interessado no âmbito do PE nº 11/2026 (00150704948), seguem abaixo os respectivos esclarecimentos:

1. Há retenção por conta vinculada ou por fato gerador?

Esclarecemos que a contratação prevê a retenção de valores mediante conta vinculada e por fato gerador, conforme estabelecido no edital e na regulamentação aplicável.

2. O pagamento será por posto fixo mensal ou por horas efetivamente trabalhadas?

O objeto será remunerado, mediante preço unitário mensal por posto de serviço, observadas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos da contratação.

3. Existe alguma empresa executante atualmente? Se sim, qual a empresa e o motivo da sua saída?

Sim, atualmente o serviço objeto da licitação encontra-se prestado por empresa contratada.

4. Qual a data de previsão do início do contrato?

O serviço será iniciado após conclusão de todas as etapas do certame licitatório.

5. Se o colaborador optar por renunciar ao uso do vale-transporte, o valor correspondente que não for utilizado será descontado do faturamento da empresa?

Sim, o valor correspondente ao benefício que não for utilizado será glosado do faturamento mensal da contratada, considerando que não haverá a efetiva despesa correspondente ao benefício.

6. O Plano de Saúde será obrigatório cotar? Caso seja, devemos seguir o determinado em Convenção Coletiva de Trabalho?

A licitante deverá considerar em sua proposta os benefícios e demais obrigações decorrentes da norma coletiva efetivamente aplicável às relações de trabalho de seus empregados.

7. As quantidades informadas para jornada 12x36 se referem a postos ou pessoas?

Os postos de transporte executivo e supervisão possuem jornada de trabalho de 44 horas semanais, já os postos de transporte executivo noturno possuem jornada de trabalho de 84 horas semanais.

8. Nos postos 12x36, 44 e 36 horas, a intrajornada será usufruída ou indenizada? Caso seja usufruída, será obrigatório fazer a cobertura com outro empregado?

Os postos de transporte executivo e supervisão possuem jornada de trabalho de 44 horas semanais, já os postos de transporte executivo noturno possuem jornada de trabalho de 84 horas semanais. Quanto ao intervalo intrajornada, deverão ser observadas a legislação trabalhista e a norma coletiva aplicável à categoria profissional.

9. Quanto tempo será o intervalo intrajornada para refeição de 1 hora, 30 minutos ou cabe ao licitante definir?

O intervalo intrajornada deverá observar a legislação trabalhista e a norma coletiva aplicável à categoria profissional.

10. É exigido preposto fixo nas dependências do contratante?

Não há previsão de exigência de preposto fixo nas dependências da Contratante, contudo a contratada deverá designar de sua estrutura administrativa um preposto permanente responsável por cumprir integralmente as obrigações relativas à gestão, acompanhamento e execução dos serviços previstas no Edital, Termo de Referência e demais instrumentos contratuais.

11. Há previsão de garantia de proposta? Qual valor ou percentual?

A contratação prevê garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório.

12. Os percentuais dos encargos sociais trazidos pelo edital/CCT poderão ser alterados, de acordo com a realidade do licitante?

A licitante deverá elaborar sua proposta considerando os encargos sociais efetivamente incidentes sobre a contratação, observadas a legislação vigente, a norma coletiva aplicável e as demais disposições do Edital e Termo de Referência.

13. Qual Convenção Coletiva foi utilizada como base para formação do valor estimado? Favor informar número de registro no M.T.E. e o sindicato da categoria. A empresa é obrigada a adotar essa CCT como referência?

Para elaboração do orçamento estimativo foi considerada a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, firmada entre o SINTRACAP e o SEAC/BA, registrada sob nº BA000834/2024.

14. Considerando que a Administração realizou a estimativa de preços com base em determinada CCT, posteriormente atualizada, deverá ser utilizada a CCT vigente na data da licitação ou aquela originalmente adotada pelo órgão?

Para elaboração da proposta, deverá ser considerada a norma coletiva vigente na data designada para a sessão pública.

15. A repactuação será concedida a partir do registro da nova CCT?

A repactuação observará as disposições estabelecidas no Edital, na minuta contratual e na legislação aplicável.

16. A vistoria será obrigatória ou facultativa?

A vistoria é facultativa.

17. Será necessário o fornecimento de algum veículo? Se sim, qual o modelo?

Não há previsão de fornecimento de veículo automotor pela contratada.

18. Quais uniformes devem ser fornecidos aos empregados?

A contratada deverá fornecer aos empregados os uniformes, observadas as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na legislação de segurança e saúde do trabalho e nas normas coletivas aplicáveis.

19. O edital exige a apresentação de documentos egressos? Se sim, quais são eles?

No tocante ao questionamento, salientamos a necessidade de atendimento que dispõe o Decreto Estadual nº 14.764 de 03 de outubro de 2013, institui o Programa de Inserção de Apenados e Egressos no Mercado de Trabalho (PRÓ-TRABALHO) e o Decreto Estadual nº 22.665 de 21 de março de 2024, institui em contratações públicas estaduais.

20. Qual o ISS do(s) município(s)?

Os serviços serão executados no município de **Salvador/BA**, especificamente nas unidades indicadas no Termo de Referência.

21. Haverá recesso? Se sim, como ficarão os serviços nesse período? Haverá faturamento

Os serviços deverão ser executados durante a vigência contratual, observadas as necessidades da Administração, os horários estabelecidos e as condições previstas no instrumento contratual.

22. AUXÍLIO-CRECHE – IN SEGES/MGI Nº 147/2026

a) A Administração considerou a aplicação da IN SEGES/MGI nº 147/2026 na composição do orçamento estimativo?

A IN **SEGES/MGI nº 147/2026**, é uma norma do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, voltada à regulamentação sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

b) Qual foi o percentual de incidência adotado para o benefício?

A IN **SEGES/MGI nº 147/2026**, é uma norma do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, voltada à regulamentação sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

c) O custo deverá ser previsto na planilha como provisão fixa mensal ou somente mediante reembolso por fato gerador?

A IN **SEGES/MGI nº 147/2026**, é uma norma do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, voltada à regulamentação sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

d) Caso a Convenção Coletiva contemple auxílio-creche em valor inferior ao limite previsto na IN, deverá a licitante prever apenas o valor convencional ou complementar até o teto normativo da IN?

A IN **SEGES/MGI nº 147/2026**, é uma norma do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, voltada à regulamentação sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

e) A Administração disponibilizará memória de cálculo ou orientação específica quanto à composição deste custo?

A IN **SEGES/MGI nº 147/2026**, é uma norma do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, voltada à regulamentação sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

f) A empresa licitante deverá, obrigatoriamente, prever e cotar o Auxílio-Creche na planilha de custos e formação de preços?

A IN **SEGES/MGI nº 147/2026**, é uma norma do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, voltada à regulamentação sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Fernanda da Silva Ataíde

Coordenadora de Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda da Silva Ataíde, Coordenador II**, em 02/10/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00150935513** e o código CRC **9BD5B654**.

Referência: Processo nº 014.1510.2026.0002868-91

SEI nº 00150935513